

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 05 de agosto de 2025 às 07h47
Seleção de Notícias

Jota Info | BR

Marco regulatório | INPI

Padilha: é preciso maior rapidez nos registros da Anvisa e na concessão de patentes 3

LÍGIA FORMENTI

Migalhas | BR

ABPI

MIGALHAS nº 6.155 7

AMANHECIDAS | MIGALHAS

Economia & Negócios - Estadão | BR

Pirataria

Anatel define que marketplaces vão responder pelas vendas de produtos piratas de telecom 13

AUTOR | CIRCE BONATELLI

Terra - Notícias | BR

Marcas

Justiça dos EUA permite que Apple registre marcas "Reality" 14

BLAKE BRITTAIN

O Globo Online | BR

Marco regulatório | INPI

Registro no INPI é um passo estratégico para empresas 15

PATROCINADO | DINO

Padilha: é preciso maior rapidez nos registros da Anvisa e na concessão de patentes



Ao JOTA, ministro diz que tarifaço reforça necessidade de reduzir dependência externa e fala das principais dúvidas sobre Agora Tem Especialistas

A ordem executiva assinada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, elevando a tarifa de produtos brasileiros para 50% acelerou no Ministério da Saúde o esforço para reduzir a dependência do mercado externo. Estratégias que estavam em análise, como maior rapidez no registro de medicamentos e produtos considerados essenciais para o setor, agora têm ênfase redobrada, afirmou ao JOTA o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Entre itens destacados como prioritários para registro, estão medicamentos, vacinas e produtos para doenças crônicas.

Padilha afirmou ainda que estão em curso discussões para reduzir o impacto para o setor de equipamentos de saúde, um dos afetados pela elevação de tarifas. Entre os caminhos, está a maior participação de produtos brasileiros no Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana de Saúde.

Assinantes JOTA PRO Saúde receberam esta entrevista no dia 1/8. Com notícias da Anvisa e da ANS, nossa plataforma entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor. Conheça!

A discussão começou na semana passada, com representantes de associações e presença do diretor da OPAS, Jarbas Barbosa. Nova rodada, desta vez com integrantes da Agência Brasileira de Promoção das Exportações, está prevista para outubro.

Padilha recebeu o JOTA na noite desta quinta em seu gabinete, um dia depois da confirmação do aumento de tarifas. Embora classifique a situação como gravíssima, o ministro afirmou que a crise também abre oportunidade para discussão de estratégias que impulsionem a busca de novos mercados e a produção nacional com outros agentes de governo. Como exemplo, citou o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Inovação (MDIC), o **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)** e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES)

O ministro também adiantou detalhes sobre o Agora Tem Especialistas. O programa, considerado a grande aposta do governo Lula para área de saúde, entra numa nova fase, com possibilidade de participação de hospitais privados, filantrópicos e empresas de planos de saúde no atendimento ao SUS, em troca do

abatimento de dívidas.

Leia, a seguir, os destaques da entrevista.

Qual o impacto da decisão do governo Trump para a saúde?

Todo abuso tarifário que vai contra as regras da OMC, que estabelece obstáculos para a boa diplomacia e até para o livre comércio, afeta a economia e também a saúde. Hoje, estamos num grande esforço de reorganização das cadeias globais de produção. E esse episódio gera instabilidade.

No setor da saúde, estamos acostumados com a pos-

Continuação: Padilha: é preciso maior rapidez nos registros da Anvisa e na concessão de patentes

tura do Trump. Desde o começo do governo, ele tem sido nocivo à saúde global. Ele ataca a Organização Mundial de Saúde, retira os recursos da OMS, saiu de outros fundos importantes, como o de garantia de vacinas.

A política negacionista antivacina expõe os Estados Unidos e o setor norte do continente americano. Veja a situação do sarampo. São mais de 7 mil casos na América do Norte;

Às vésperas da Assembleia Mundial de Saúde, ele anunciou que adotaria uma política de reduzir o preço de medicamentos dos Estados Unidos. Para isso, teria que aumentar o preço no resto do mundo. Então, ele gera essa instabilidade o tempo todo.

Qual será a reação?

Entendo esse anúncio da força executória como o início de um jogo de um campeonato, que vai ser duradouro. Do lado do Brasil, vamos apostar na diplomacia e ter clareza de todos os instrumentos que temos. Essa é uma relação diplomática e também econômica.

Mas encaro este momento também como uma oportunidade. A pandemia nos mostrou que a gente não pode ser dependente de nenhum país ou de nenhuma região. Tudo que pudermos ampliar de cooperação, de capacidade de atrair investimentos do Brasil para a produção, nós temos que fazer.

Quais seriam os instrumentos?

Uma das questões é acelerar o registro de medicamentos e de equipamentos. Quando propus ao presidente Lula a Medida Provisória cancelando cargos ociosos no Ministério da Saúde para aumentar o número de trabalhadores e servidores na Anvisa e direcionar esses servidores para um corredor rápido de registro de

produtos, medicamentos, equipamentos, não tinha

em mente o que poderia acontecer. Mas um dos gargalos para o empresário nacional e internacional que está aqui é a demora no registro.

Além disso, a demora no reconhecimento da propriedade intelectual. Em relação à saúde, queremos ajudar a resolver. Vamos fazer parceria com o MDIC para ajudar o **INPI**. Se precisar colocar recurso do Ministério da Saúde, podemos pensar.

Essas medidas já estavam no horizonte?

Sim. Mas essa situação é mobilizadora de outras áreas, chama a atenção do conjunto do governo federal para isso, os empresários veem como oportunidade.

Qual atividade da saúde mais afetada pelo aumento de tarifas?

Principalmente equipamentos e dispositivos médicos. A ideia é apoiar este setor a conquistar novos mercados. Vamos pensar como é possível ter apoio junto à Apex. Além disso, o Brasil exerce a presidência Pro Tempore do Mercosul. Para nós, o objetivo principal vai ser avançar na relação União Europeia-Mercosul. No setor da saúde, há a parceria estratégica dos BRICS para produção local em enfrentamento das doenças socialmente determinadas, sem falar na coalizão do G20.

Sobre registro na Anvisa, quais seriam as análises prioritárias?

Vacinas, produtos para doenças crônicas, medicamentos que atingem populações pequenas mas de alto custo. No caso da fibrose cística, há um medicamento cujo valor do contrato plurianual ultrapassa R\$ 1 bilhão. Então, ter uma política ainda mais ousada que mobilize a Anvisa, a mecânica de financiamento, **INPI** e patentes, além de preços. Na CMED, abrimos espaço para pensar em regras para inovação

Continuação: Padilha: é preciso maior rapidez nos registros da Anvisa e na concessão de patentes

radical e inovação incremental. Isso incentiva o empresário brasileiro e o internacional a investir. Isso reduz a dependência.

O senhor é favorável ao aumento dos produtos com preços provisórios?

Estamos debatendo. O central é pensar novas regras para o preço de produtos fruto de inovação incremental. Hoje, esta atividade é pouco atrativa para o empresário. A gente não tem uma proposta fechada ainda. Vamos analisar em relação à inovação radical tudo aquilo que tem espaço de concorrência. A definição do preço tem que ser mais estimuladora para quem quer investir.

O senhor acha factível o compromisso do ministro Alckmin de o processo para análise de patente ter em média dois anos?

Eles estão falando que estão reduzindo para quatro. Se, pelo menos na saúde, pudermos reduzir para dois, estou disposto a discutir. O que a gente precisa? Precisa de apoio? Recursos do Ministério?

Quanto a Saúde poderia contribuir?

O **INPI** traçou panorama de R\$ 50, R\$60 milhões de investimento. Quero ver o que é o problema. Porque parte do custo é contratação, o que não posso resolver. Outras coisas podemos aportar recursos. Como para o sistema de informação. Estou disposto. Para a gente, é importante. Quanto mais gente tendo registro de patentes aqui, registro mais rápido, mais gente concorrendo no mercado, melhor. Isso vai baixar o preço de medicamento, de produtos, reduz o risco numa crise sanitária.

Sobre cirurgias programadas, dados apresentados pelo ministério mostram que os números gerais de 2025 diminuiram em relação ao mesmo período do ano passado. No caso das execuções este ano, 14 estados fizeram menos de 30%

do que havia sido acordado

Do número de cirurgias eletivas, este é um dado preliminar. Os dados corretos somente serão conhecidos dentro de 90 dias. A comparação entre o que foi programado e executado, por outro lado, é exata. Ela traz elementos para melhorar o monitoramento disso e o apoio do ministério aos estados e municípios. É preciso fortalecer a ideia do grupo condutor no estado, para que a gente possa acelerar essa execução. Nem todos os estados deram o plano de ação regional. Temos agora um departamento aqui para isso, para ajudar estados e municípios a mapear a situação.

A portaria publicada esta semana que regulamenta a participação da saúde suplementar no Agora Tem Especialistas traz um plano de distribuição. A região Norte poderá receber 8% dos atendimentos e a Nordeste, 24%. Não é muito pouco, visto que estes são os locais com maior dificuldade de acesso a atendimentos?

A distribuição é proporcional à população. E a vulnerabilidade está presente também no Sudeste, Sul. Por mais que você tenha mais médicos especialistas nessas regiões, não necessariamente estão mais disponíveis para o sistema público de saúde. Às vezes, há uma proporção maior de profissionais médicos exclusivos na saúde privada. Além disso, a gente separou 10% para um fundo

estratégico, exatamente para você buscar áreas mais vulneráveis.

A portaria indica que empresas de planos devem apresentar um plano de atendimento, submetido a estados e municípios, a quem caberá dizer se valida ou não. Esse percurso não pode atrasar a implantação? Sobretudo se a gestão local não aprovar a proposta?

A necessidade dos estados e municípios e da população esperando nas filas é tão grande que não vejo um motivo para negar qualquer oferta. Inclusive porque a variedade dentro das seis especialidades é mui-

Continuação: Padilha: é preciso maior rapidez nos registros da Anvisa e na concessão de patentes

to grande. Está todo mundo precisando dessa oferta.

Inscreva-se no canal de notícias do JOTA no WhatsApp e fique por dentro das principais discussões do país!

Mas não há risco de ter oferta grande de cirurgia de catarata, menos complexa, e de poucas delicadas e caras, como as cardíacas?

Precisamos muito de cirurgias de catarata. Vamos atrás do que foi ofertado. E você vai compensar essas outras ofertas com outros mecanismos. Este não é o único mecanismo do Agora Tem Especialistas. Se tiver muita oferta de cirurgia de catarata, de outras cirurgias oftalmológicas, é muito positivo. E vamos buscando outros mecanismos para garantir outras ofertas.

Essa possibilidade de as operadoras pagarem dívida de ressarcimento com serviços não traz o risco de que empresas passem a escolher que tipo de atendimento vão dar a seus clientes?

Por que elas poderão, mais tarde, abater a dívida com o SUS? Não, porque haverá a fiscalização da ANS. Ela terá condições de avaliar, pela série histórica da produção desses planos.

A ANS já tem dificuldades. Ela não ficará sobrecarregada?

Nossa programação é colocar mais servidores na ANS justamente nesta área de ressarcimento. São cerca de 50 servidores. Além disso, a integração com a RNDS vai permitir novos mecanismos de fiscalização, porque vamos poder integrar, vamos transformar o CPF no número básico do SUS, isso vai ajudar a fiscalização.

Apenas 8 milhões de usuários do cartão nacional de saúde não estão vinculados ao CPF. Temos todas as condições de uma integração rápida. Isso permitirá que a ANS possa acompanhar os planos de saúde. Se houver redução, ela poderá determinar a punição, porque isso passa a ser negativa do atendimento.

O senhor não acha um mau momento adotar esta iniciativa depois do Desenrola? Se não houvesse, haveria mais recursos para trocar por serviços para SUS

O programa foi no ano passado. E eu não era ministro da Saúde naquela época.

MIGALHAS nº 6.155

AMANHECIDAS



Segunda-Feira, 4 de agosto de 2025 - Migalhas nº 6.155.

Fechamento às 07h50.

"É necessário começar para se chegar ao fim."

Joaquim Manuel de Macedo

Segue o jogo

Na última sexta-feira, o início do segundo semestre de 2025 no STF foi marcado por manifestações em defesa da soberania nacional e contra ações dos EUA. A Corte retoma nesta semana os julgamentos presenciais. A pauta de agosto inclui temas como a validade das federações partidárias, a inclusão de empresas em execuções trabalhistas, o transporte de animais de suporte emocional e o banco de DNA de condenados, entre outros. ()

"O STF e o Direito a creches"

Em artigo exclusivo para Migalhas, ministro Flávio Dino defende que o acesso a creches e pré-escolas é um dever constitucional, exigível em juízo, inclusive com custeio privado se necessário. Para S. Exa., não se trata apenas de educação, mas de cuidado, afeto e dignidade. Um direito que não se curva ao orçamento. Veja a íntegra desse valioso texto. ()

Blindagem bancária

Ministro Cristiano Zanin é o relator da ação para impedir que bancos brasileiros bloqueiem contas de Alexandre de Moraes no contexto da lei Magnitsky. abpi.empauta.com

()

Limite das redes

A Meta anunciou que deixará de veicular anúncios políticos, eleitorais e sobre temas sociais na União Europeia a partir de outubro de 2025. A medida responde ao novo regulamento europeu sobre transparência e segmentação, que exige rotulagem explícita, divulgação do valor pago e consentimento expresso para o uso de dados em campanhas. Para a big tech, as exigências tornam o serviço inviável. ()

Jus sanguinis

A Corte Constitucional da Itália decidiu que as novas regras que restringem a cidadania por descendência não se aplicam a processos judiciais iniciados antes da entrada em vigor do decreto-lei 36/25. ()

Zambelli na mira

STF volta a julgar, no dia 15/8, ação penal contra a deputada Carla Zambelli, acusada de perseguir, armada, um homem com quem discutia politicamente às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. ()

Falando nisso...

Ministro Gilmar Mendes determinou que a AGU inclua, no pedido de extradição da deputada Carla Zambelli, a ação penal em que ela é acusada de perseguição armada. ()

Luta pela causa?

O escritório de advocacia britânico Pogust Goodhead anunciou que ingressará com nova ação judicial contra as mineradoras BHP, Vale e Samarco. A acusação envolve suposta conspiração ilícita e indução à quebra de contrato por parte das empresas, que firmaram acordos diretamente com clientes vítimas do

rompimento da barragem em Mariana/MG, sem a participação do escritório. ()

Prazo estendido

A Samarco prorrogou até 14 de setembro o prazo para adesão a programa indenizatório voltado às vítimas do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG. ()

Dívida milionária

Justiça determinou o arresto das ações da Eagle Football na SAF Botafogo para garantir o pagamento de dívida de R\$ 150 milhões. A decisão impede a venda da participação acionária do grupo, ligado a John Textor, e visa resguardar o crédito do clube diante do risco de inadimplência. ()

É cilada, Bino

Posto de gasolina indenizará frentista obrigada a usar calça leggings no trabalho e exposta a assédio sexual. Segundo os autos, a vestimenta era imposta para destacar atributos físicos e atrair clientes homens. ()

Silêncio cúmplice

Empresa deverá indenizar trabalhadora assediada por seu chefe, que se expôs nu, enviou fotos íntimas e pediu favores sexuais, sem que a empregadora adotasse qualquer medida. ()

Nem tudo é o que parece

TJ/RJ aumentou indenização a motorista de aplicativo falsamente acusado de dopar passageira. Em publicação nas redes sociais, a passageira afirmou que teria sido drogada pelo condutor por substância tóxica dentro do carro. No entanto, perícia confirmou que se tratava somente de álcool para higienização. ()

Puffing publicitário

Coco Bambu não poderá usar slogan "O melhor do Brasil". TJ/SP validou a atuação do Conar ao entender que o slogan excede o exagero permitido pela técnica do puffing publicitário. ()

Sem danos

Justiça negou danos morais a consumidor por inclusão no SCR - sistema de informações de crédito do Banco Central. Juiz entendeu que o sistema é técnico e obrigatório, distinto de cadastros de inadimplência como SPC ou Serasa. ()

Migas

1 - União indenizará militar da FAB por assédio moral. () 2 - Facebook indenizará por falha em reativar conta de marketing invadida. () 3 - Instituição indenizará consumidor em R\$ 10 mil por vazamento de dados. () 4 - Plano deve cobrir congelamento de óvulos de paciente com câncer de cólon. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Migalhas das Civilistas

Carolina Silvino discute os impactos do PL 5.679/23 na esterilização compulsória de pessoas com deficiência, enfatizando os riscos à autonomia e a ausência da tomada de decisão apoiada. ()

Política, Direito e Economia Na Real

Entre disputas simbólicas e jogos de Poder, o Brasil tenta reescrever sua identidade global diante do trumpismo, como discute Francisco Petros na coluna de hoje. ()

Migalhas de Direito Médico e Bioética

"A reforma do Código Civil e o critério de filiação na gestação de substituição", por Leonardo Castro De Bone. ()

Leitura Legal

Promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior debate até onde vai o direito à vida e onde começa a autonomia individual sobre as decisões médicas, mostrando como a Justiça precisa equilibrar esses valores em casos concretos. ()

Papo Jurídico

Nas ações judiciais que buscam do Estado o cumprimento de obrigações relacionadas ao direito à saúde, surge uma dúvida recorrente: como devem ser fixados os honorários advocatícios? Guilherme Galhardo Antonietto explica. ()

Migalhas de peso

- "Governança fiscal sustentável: Fundamentos para uma política tributária orientada por critérios ESG", por Alexandre Arnone e Sóstenes Marchezine (Arnone Advogados Associados). ()

- "Repercussões do aumento de emolumentos cartorários em Minas Gerais - Equilíbrio entre arrecadação e acesso ao serviço", por Antônia Bethonico Guerra Simoni (Chenut). ()

- "O IPTU, a Constituição e a falta de animus domini", por Renato de Menezes Pires (De Vivo, Castro, Cunha e Whitaker Advogados). ()

- "Quando o candidato pode pedir na Justiça o cumprimento da nova lei 15.142/25?", por Ricardo Fernandes (Fernandes Advogados). ()

- "PEC dos precatórios: Novo regime de pagamentos de precatórios e as implicações para os credores", por Ivana Eduarda Dias Arantes e Natália Miranda Lopes Kundrotas (Trigueiro Fontes Advogados). ()

- "A recusa de fornecimento de produtos e serviços ao consumidor sob sanção estrangeira à luz da CF e do CDC", por André Carvalho Rondon Badini (Carapeba Elias & Advogados Associados). ()

- "Liquidez financeira na advocacia: Como otimizar recursos e impulsionar o escritório", por Gabriel Mancuso (JusCash). ()

- "Contagem regressiva para a nova lei de licenciamento ambiental: Alerta para empreendimentos imobiliários", por Thiago Bezerra e Ana Carolina Famá (Urbano Vitalino Advogados). ()

- "Saúde mental em foco: Alterações na NR-1 impõem novas obrigações às empresas", por Ana Claudia Bigolin (Pasquali & Poffo Advogados Associados). ()

- "IPI Verde e o mercado segurador: Impactos da nova política industrial para o setor de seguros", por Lucimer Coelho de Freitas (Jacó Coelho Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Emprego

JBS assinou, dia 31/7, um acordo de cooperação técnica com o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para viabilizar a oferta de vagas de emprego a inscritos no Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal. O convênio tem duração de dois anos e o objetivo de promover a inclusão socioeconômica das pessoas inscritas no CadÚnico.

Reforço

FAS Advogados, in cooperation with CMS anuncia Fernanda Muniz Borges (Trabalhista), Karine Oli-

veira (Banking & Finance), Renan Valverde Granja (Debt Capital Markets) e Ruy Toledo Piza (Agronegócio) como novos sócios do escritório. ()

Baú migalheiro

Há 78 anos, em 4 de agosto de 1947, foi estabelecida a Suprema Corte do Japão, conforme previsto na Constituição japonesa de 1947, marcando a consolidação do novo sistema judicial do país no pós-Segunda Guerra Mundial, com base nos princípios de independência do Judiciário e proteção dos direitos fundamentais. (Compartilhe)

Sorteio imperdível

A obra "Manual de Direito Processual Civil" (Grupo Gen, 1.104p.), escrita por Alexandre Freitas Câmara, apresenta o Direito Processual Civil brasileiro de forma sistemática, refletindo a experiência e a profundidade de seu pensamento. A editora gentilmente disponibilizou um exemplar para sorteio. ()

Novidades

Obra de Rinaldo Zangirolami, que será lançada no dia 11/8, trata das interpretações do Supremo sobre desenvolvimento sustentável diante do novo Código Florestal. O livro é resultado da dissertação de Zangirolami no Programa de Mestrado do CEDES. () Cescon Barriou Advogados divulgou informativo "Tecnologia e Inovação, Trabalhista" sobre "Novas regras para validação de identidade do trabalhador para a concessão de crédito consignado". ()

Migalhíssimas

Hoje, às 16h, Rita Cortez, de AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente do IAB, participa da cerimônia de entrega da "Medalha do Mérito Judiciário" do TRF da 2ª região aos desembargadores federais Rogério de Carvalho, Julio Cesar Costa e Cláudia Corrêa. O evento acontece na sede da instituição (rua Acre, 80, Centro, RJ). Amanhã, às 10h,

pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", Ana Tereza Basilio, de Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ, profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito de Família" com o tema "Aspectos Gerais do Divórcio Litigioso". () Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados realiza o webinar "Impactos da reforma tributária no setor farmacêutico". O encontro faz parte da série "Diálogo com Especialistas" e acontece dia 12/8, às 19h, via Zoom. () Carlos César Simões (Toron Advogados) foi nomeado, por decreto paulista, como membro titular do Conselho de Curadores da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" - FUNAP, na qualidade de representante do Rotary Club. A FUNAP desenvolve um trabalho essencial de reintegração social de pessoas privadas de liberdade, promovendo cidadania por meio da educação, do trabalho e do acolhimento. O "AMCast", podcast do escritório André Menescal Advogados, é um ponto de encontro entre histórias reais, insights relevantes e reflexões sobre como grandes decisões são tomadas no universo empresarial e jurídico. Dia 31/7, foi gravado o segundo episódio do podcast, que conta com a participação de Mauro Costa, sócio-diretor da AD2M Comunicação. O tema do episódio é "A comunicação em tempos de hiperconexão, vida digital onipresente e atenção fragmentada". Os episódios do "AMCast" estão disponíveis no Spotify, .

Mineração

Tem início, no dia 20/8, o curso de educação continuada "Regulação de Mineração", da FGV Direito Rio. Garanta a sua inscrição! ()

Propriedade Intelectual

O "45º Congresso da **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual" acontece a partir do dia 17/8, em SP. Inscreva-se! ()

Ciências Criminais

O "31º Seminário Internacional do IBCCRIM - Ins-

tituto Brasileiro de Ciências Criminais" tem início no dia 27/8, em SP, de forma híbrida. Confira a programação e participe! ()

Reunião de associadas

É possível a conciliação no STF em ações de controle concentrado? Tema será o assunto principal da reunião de associadas do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, que acontece hoje, a partir das 18h. ()

Sustentação oral

AATSP - Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo promove curso online sobre sustentação oral, com foco nos regimentos do TRT-2 e TRT-15, no dia 28/8. ()

Acesso à Justiça

OAB/RJ se posiciona contra o PL 3.191/19, que ameaça a gratuidade nos juizados especiais. Para a entidade, a proposta fere o acesso à Justiça e atinge diretamente os mais vulneráveis. ()

Mês da advocacia

OAB/SP celebra o mês da advocacia com uma intensa agenda cultural: debates, oficinas, filmes e música para refletir o presente e o futuro do Direito. De hoje a 9/8. ()

Cursos de extensão

PUC-SP - Especialização, MBA e Extensão oferece cursos de extensão para aprimorar sua carreira e estimular o aprendizado: "Recuperação judicial de empresas e falência" (), "Compliance e gestão de riscos" () e "Aspectos legais e remuneração de executivos" ().

Parabéns!

A ganhadora da obra "Execução Civil e Marco Legal das Garantias" (Editora Juspodivm, 624p.), coordenada por Layanna Piau Vasconcelos, Marco Aurélio Ventura Peixoto e Márcio Carvalho Faria, foi Tais Machado Franzini, de Tietê/SP. ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Ibicaraí

MG/Amparo da Serra

MG/Ferros

SC/Meleiro

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Meia-bomba"

Veja

"Ato hostil"

The New York Times - EUA

"She Took Her Country Along for Her Last Journey"

The Washington Post - EUA

"Welcome to hell"

Corriere della Sera - Itália

"Con i ragazzi di Gaza e Kiev"

Le Figaro - França

"Ukraine : la tension monte entre Trump et Poutine"

Clarín - Argentina

"Los libertarios y el PRO, más cerca de ir separados en la Ciudad"

El País - Espanha

"La eclosión de chiringuitos financieros dispara las alertas"

Público - Portugal

"Efectivos do INEM trabalharam mais 84 dias para serviço funcionar"

Die Welt - Alemanha

"Wie Trump Putin unter Druck setzen kann"

The Guardian - Inglaterra

"Millions in line for payouts over car finance mis-selling scandal"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Gonet cita indícios de crime de Rui Costa em con-

trato na Bahia"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"61% rejeitam candidato que vá perdoar Bolsonaro, diz Datafolha"

O Globo - Rio de Janeiro

"EUA indicam que taxa é definitiva, e Lula afirma ter 'limite de briga'"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Mudanças climáticas ampliam o alerta para incêndios"

Correio Braziliense - Brasília

"Lula: há limite de briga com o governo Trump"

Zero Hora - Porto Alegre

"Minerais críticos do Brasil atraem interesse externo e entram no debate sobre o tarifação"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Lula descarta desafiar Estados Unidos, mas diz que Brasil não é 'republicueta'"

Anatel define que marketplaces vão responder pelas vendas de produtos piratas de telecom



O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou, em 1º de agosto, a revisão do Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações. A partir de agora, os sites que vendem itens de terceiros - os chamados marketplaces, como Mercado Livre, Amazon, Shopee, Magalu, entre outros - passarão a ter responsabilidade solidária e poderão responder pela oferta de **produtos** piratas.

Entram aí os celulares, roteadores, TV box, antenas e outros artigos de telecomunicações não homologados ou em desacordo com os requisitos técnicos da Anatel, muitos dos quais são contrabandeados para dentro do País.

Estão na mira da Anatel aparelhos piratas como TV box (foto), celulares, roteadores, antenas e outros artigos de telecomunicações Foto: Polícia Civil

Os sites também serão obrigados a divulgar o código de homologação nos anúncios e verificar a regularidade dos itens ofertados. Isso valerá, inclusive, quando essas plataformas atuarem apenas na divulgação e na propaganda de tais produtos.

"A Anatel deixa claro que a atuação dessas plataformas vai muito além de uma 'vitrine virtual', sendo parte essencial da cadeia de comercialização", afirmou o presidente da Anatel, Carlos Baigorri, em

nota.

O acórdão da Anatel foi relatado pelo conselheiro Alexandre Freire. No acórdão, o conselho lembra que a certificação é um processo necessário para garantir o funcionamento das redes e dos produtos para telecomunicações, o que faz parte da alçada da agência reguladora.

"O exercício do poder de polícia da Anatel não se limita aos entes outorgados pela agência. Estende-se, igualmente, a outras entidades, tais como as que comercializam produtos de telecomunicações ou que veiculam propaganda desses produtos", descreve.

Segundo o conselho diretor da Anatel, a decisão está fundamentada em pareceres jurídicos da Advocacia Geral da União (AGU) e também está alinhada ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão afastou a tese de que o Marco Civil da Internet protegeria os marketplaces de sanções administrativas por atos de terceiros. O entendimento consolidado é que, ao intermediar vendas e controlar aspectos da transação, essas plataformas assumem o papel de fornecedor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

Justiça dos EUA permite que Apple registre marcas "Reality"

Uma juíza federal dos Estados Unidos ordenou que o Escritório de Patentes e **Marcas** Registradas dos EUA (USPTO) conceda à Apple marcas registradas que abrangem as ferramentas de desenvolvimento de software de realidade aumentada "Reality Composer" e "Reality Converter".

A juíza distrital dos EUA Leonie Brinkema disse na sexta-feira que as duas expressões são distintas o suficiente para merecerem proteção de marca registrada, revertendo uma decisão do USPTO de que as frases não poderiam ser registradas.

Um porta-voz do USPTO não quis comentar a decisão. Os porta-vozes da Apple não responderam imediatamente a um pedido de comentário.

O Reality Composer e o Reality Converter da Apple permitem que desenvolvedores criem e editem conteúdo de realidade aumentada em 3D para os aplicativos da empresa. Esse conteúdo é compatível com dispositivos Apple, incluindo o fone de ouvido de realidade mista Vision Pro.

A empresa turca de efeitos visuais Zero Density contestou os pedidos da Apple de marcas registradas argumentando que a empresa não tem direito à proteção de marca registrada porque os termos apenas descrevem a função do software. A Zero Density

também afirmou que as marcas registradas da Apple causariam confusão com suas próprias marcas relacionadas a "Reality".

Um tribunal do USPTO concordou com a Zero Density em 2023 que as marcas da Apple eram descritivas demais para receberem proteção de marca registrada. A Apple entrou com um processo no ano passado para anular a decisão, argumentando que suas frases eram "termos inventados" exclusivos que "não descrevem as ferramentas de desenvolvimento de software subjacentes".

Brinkema concordou com a Apple e anulou a decisão do USPTO na sexta-feira.

"Embora o termo 'Reality' seja provavelmente descritivo do software de realidade aumentada para os consumidores aos quais a Apple anuncia esse produto, o termo vai além de seu significado descritivo quando combinado com 'composer' e 'converter'", disse Brinkema.

O advogado da Zero Density, Jeffrey Greger, disse que a decisão foi "vantajosa para ambas as partes" e deve permitir que a Zero Density se defenda de processos separados da Apple em relação às suas marcas registradas "Reality" no departamento de patentes com base nos mesmos fundamentos.

Registro no INPI é um passo estratégico para empresas

PATROCINADO



Wallisson Deziderio, sócio-fundador da Billion Contabilidade, explica quais são os riscos que uma empresa enfrenta ao não registrar seu nome junto ao órgão

A partir agosto 2025, entra em vigor ajuste nas taxas cobradas pelos serviços do Instituto Nacional da Proprieda Industrial (**INPI**). De acordo com o instituto, ajuste médio será 24,1% e tem como objetivcompor a fasagem inflacionária acumulada. Trata-se do primeiro aumento s 2012, conforme publicado pela CNNBrasil. Wallson Dezirio, sócio-fundador da Billion Contabilida, staca que, apesar dajuste, é preco ter em mente que gtro marca junto ao **INPI** é um passo estratégico para qualquer empresa, inpenntemente seu porte ou segmento.

"O regtro marca garante à empresa o direito exclusivo do nome, símbolo ou intida vual em todo o território nacional, no segmento atuação", informa.

Dezirio explica que gtro protege o investimento em branding e impe que concorrentes se apropriem da intida construída. "Para empresas qualquer porte, essa proteção assegura um posicionamento sólido no mercado e prepara o negócio para crescer forma segura e sustentável", afirma.

A seguir, o especialta lta qua são os principa rcos que

uma empresa enfrenta ao operar com um nome não-registrado

outra empresa pgtrar a marca e obrigar a mudança do nome;

branding forçado gera altos custos com comunicação, materia gráficos, jurídicos e perda reputação;

a empresa po ser notificada judicialmente ou extrajudicialmente e, em alguns casos, ser processada por invido. A ausência dgtrro impacta a exclusivida e a proteção legal do nome da empresa ou do produto. Isso porque, sem gtro, a empresa não tem nenhum direito legal sobre a marca - o que significa que qualquer outro negócio po usar um nome igual ou semelhante, gerando confusão no mercado e pondo prejudicar conhecimento da marca.

"O regtro é a única forma legal assegurar exclusivida e contar com proteção jurídica em casos plágio, imitação ou concorrência sleal", fra.

Regtro marca influencia o valuation

O especialta da Billion Contabilida observa que, em processos M&A (fusão e aquisição) ou captação investimentos, gtro marca é um ativo intangível valioso, que compõem diretamente o valuation da empresa.

"Os investidores e compradores avaliam se a empresa possui direitos sobre sua marca, po spresenta segurança jurídica, força mercado e potencial expansão. **Marcas** regtradas transmitem estabilida e profsionalmo, aumentando significativamente o valor percebido do negócio", explica.

De acordo com Dezirio, é comum empresas en-

Continuação: Registro no INPI é um passo estratégico para empresas

frentarem dputas judícia por invído marca. É nesse ponto que, segundo o empresário, gtro marca serve como prova legal proprieda, permitindo que a empresa atue contra terceiros que usem invidamente sua intida.

"Ele também funciona como barreira preventiva, evitando dputas e custos judícia, que muitas vezes se arrastam por anos", acrescenta.

INPI permite gtro diversos elementos da intida da marca

Dezirsalta que, além do nome e do logotipo, diversos elementos pom ser protegidos no **INPI** para fortalecer a intida uma marca, ta como

Slogans;

Nomes produtos e serviços;

Formas tridimensiona (embalagens, frascos);

Intida vual específica;

Sons característicos (marcas sonoras). Ato proteção, estratégia e valorização do negócio

O especialta staca que gtro marca contribui para a credibilida da empresa perante clientes, fornecedores e

parceiros negócios, já que uma marca regtrada transmite profsionalmo, serieda e comprometimento com o mercado.

"Clientes enxergam a empresa como confiável e estabelecida, enquanto fornecedores e parceiros veem menor rco em se associar. Além dso, gtro mostra que a empresa se preocupa com a legalida, a organização e a longevida seu negócio", diz.

Na vão Dezirio, regtrar uma marca não é apenas uma formalida burocrática, mas um ato proteção, estratégia e valorização do negócio.

"Em um mercado cada vez ma competitivo e conectado, construir uma intida forte e protegê-la legalmente é essencial para garantir crescimento sustentável, evitar perdas e abrir portas para novas oportunidades negócio. Quem negligencia esse passo po comprometer todo o trabalho construção marca feito ao longo dos anos", finaliza. Para ma informações, basta aces-sar<https://www.billioncontabilida.com.br/> Ma recente

Próxima

Cirurgia plásticatecnologia eleva segurança e naturalida

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 15

ABPI
7

Pirataria
13

Marcas
14